

EDUCAÇÃO TÉCNICA, POR QUE NÃO?



Demerval Bruzzi
Graduando em Psicologia e doutor em Educação. Ex-diretor do Ministério da Educação

Não é intenção deste artigo abrir campo para uma discussão política, financeira e social. No entanto, em um País em crise, reconheço que o papel de um pesquisador da educação é deixar sempre em aberto todo e qualquer tipo de discussão que seja relevante e pertinente para sua área de competência.

Uma série de ocorrências tem levado nosso País ao mais profundo dos abismos. Nos últimos anos, caminhamos por tortuosas trilhas, que vão desde políticas financeiras fracassadas a políticas educacionais equivocadas. Enquanto em países desenvolvidos como os Estados Unidos as taxas de desemprego despencam, proporcionando colocação para 88% dos jovens de 18 a 24 anos com diploma universitário, segundo dados do Institute of Education Sciences, no Brasil a relação diploma/trabalho não é mais linear.

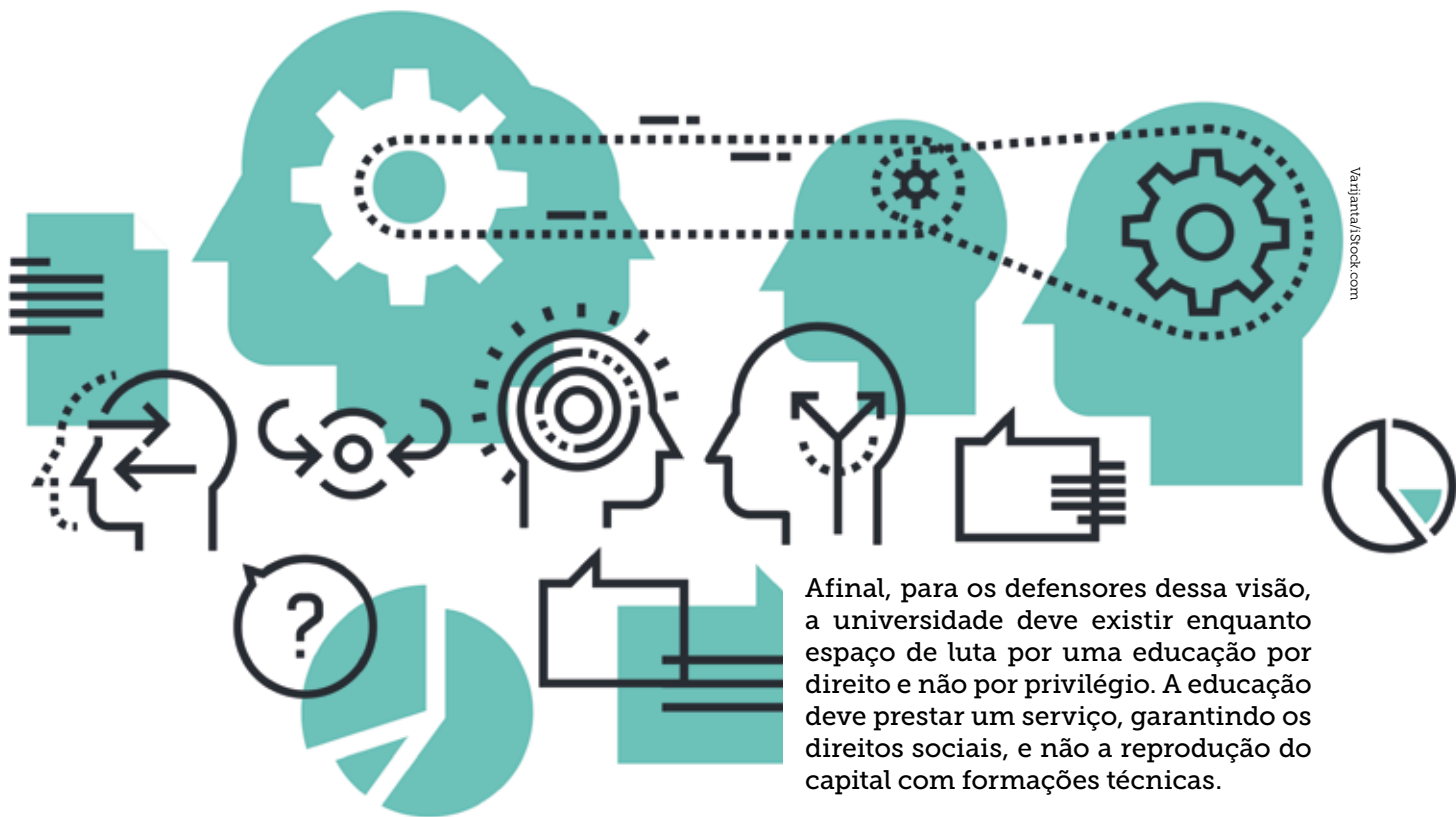
Os dados acima me levam a pensar no nosso modelo educacional, que não favorece o Ensino Técnico, em parte por se basear em falas como a de Gaudêncio Frigotto, e defendida por diversos profissionais da educação, quando observa a respeito da relação da produção do conhecimento, processos educativos e consciência de classe. Frigotto aponta que a direção do conteúdo educacional proposto atualmente na rede pública segue método e forma de uma percepção mercantil, voltado para suprir as necessidades da indústria, e, por essa razão, presumo, temos o fracasso escolar.

Já Edgar Morin se contrapõe a tal ideia ao observar que, desde a década de 1960, acredita-se que o desenvolvimento tem como motor propulsor a evolução e o aprimoramento da técnica e da economia, tendo sempre como tema comum, em especial no terceiro mundo, a questão prioritária do desenvolvimento.

Isso sem contar que se pelo menos tivéssemos mercado de trabalho para jovens formados no modelo mercantil criticado, estaríamos no lucro, uma vez que, de acordo com o IBGE, o índice de desemprego no trimestre encerrado em outubro de 2017 atingiu 12,2%, o mais alto da série histórica para o período desde 2012.

No entanto, corroboro o pensamento de Frigotto ao observar que temos, no campo teórico, um desafio de ensinar e aprender para além das aparências. Afinal, excetuando-se o Sistema S, com Senai e Sesi atuando dentro de nossa realidade com alta qualidade e competência, não temos no Brasil de hoje um projeto decente de governo que propicie a jovens oriundos do ensino público a oportunidade de conquistar alguma autonomia no campo profissional.





Varijanta/Stock.com

Afinal, para os defensores dessa visão, a universidade deve existir enquanto espaço de luta por uma educação por direito e não por privilégio. A educação deve prestar um serviço, garantindo os direitos sociais, e não a reprodução do capital com formações técnicas.

Muitos leitores agora podem estar se questionando sobre o papel dos institutos federais nesse cenário. No entanto, com raras exceções, e por fazerem parte do cabedal ligado ao Ministério da Educação (e, conseqüentemente, ligados a políticas educacionais equivocadas), não temos visto o atendimento à demanda reprimida composta por nossos jovens de 18 a 24 anos. Muito pelo contrário, desde 2009 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que 66% dos jovens nessa faixa etária não estão estudando.

É necessário um repensar da visão predominante na academia, que se alinha à ideia de Frigotto, como já colocado, segundo a qual, em pleno século XXI, ainda se atribui uma crítica à universidade como sendo serviçal do mundo econômico, com pouca atenção aos objetivos acadêmicos.

De acordo com tal visão, a instituição universitária que adere à concepção de sociedade do conhecimento pouco favorece o desenvolvimento intelectual do sujeito em prol de sua emancipação.

Quanto a isso, vale lembrar que, desde nossa descoberta, em 1500, experienciamos diversos ciclos econômicos: o pau-brasil, passando pela cana-de-açúcar, ouro, café, borracha e nossa tardia industrialização, fato que até hoje nos coloca em desvantagem como um país de base extrativista e não produtiva.

Mesmo na atualidade, nossa economia continua dependente da produção agrícola, sendo o Brasil um dos principais exportadores de soja do mundo; temos ainda a criação de animais – ocupamos o posto de terceiro produtor mundial de carne bovina – e, claro, nossa posição entre os maiores exportadores de petróleo do setor, com ênfase em águas profundas.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), na comparação entre 18 países, o Brasil encontra-se na penúltima posição do ranking geral de competitividade. Mantemos-nos em penúltimo lugar desde o início da pesquisa em 2012. Assim, diante do exposto, me pergunto: nosso problema é realmente a educação? ■

www.dbruzzi.pro.br